RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

Muito além da separação: a recuperação de longo prazo de mulheres sobreviventes de violência por parceiro íntimo

Beyond separation: the long-term recovery of women survivors of intimate partner violence

Mucho más allá de la separación: la recuperación a largo plazo de mujeres sobrevivientes de violencia de pareja íntima

Jacqueline A. Dos Santos
Graduanda em Educação Cristã pela Northpoint University. Formação complementar em Introdução ao Aconselhamento e Apoio a Mulheres (Introduction to Counselling and Supporting Women) pela Women and Girls Network, Reino Unido, e capacitações em avaliação de risco DASH e salvaguarda.
E-mail: jads27@icloud.com.

RESUMO

O rompimento com um parceiro agressor costuma ser tratado, pelo senso comum e por parte das políticas públicas, como o desfecho da violência doméstica. A produção científica das últimas décadas aponta em outra direção. Este artigo discute, por meio de revisão narrativa da literatura nacional e internacional, por que a recuperação de mulheres sobreviventes de violência por parceiro íntimo tende a se estender por anos após a separação e quais fatores favorecem ou dificultam esse percurso. Foram examinados estudos longitudinais, revisões sistemáticas, metanálises, relatórios de pesquisa institucionais e marcos legais brasileiros. A análise indica que a separação raramente encerra o controle coercitivo, que os agravos à saúde mental e física permanecem muito depois do fim da relação e que os recursos pessoais, sociais e econômicos disponíveis à mulher medeiam de forma decisiva a melhora de sua saúde. Observa-se também que intervenções de acompanhamento comunitário, psicoterapias focadas no trauma e o fortalecimento das redes de apoio informais produzem resultados consistentes quando oferecidos de maneira continuada. Conclui-se que serviços concentrados apenas na fase de crise são insuficientes e que a proteção efetiva das sobreviventes exige políticas de acompanhamento prolongado, articuladas entre saúde, assistência social, habitação, trabalho e justiça.

Palavras-chave: violência por parceiro íntimo; recuperação; pós-separação; controle coercitivo; saúde mental.

ABSTRACT

Leaving an abusive partner is often treated, both by common sense and by part of public policy, as the end of domestic violence. Research produced over recent decades points in another direction. Through a narrative review of national and international literature, this article discusses why the recovery of women who survived intimate partner violence tends to extend for years after separation and which factors support or hinder this process. Longitudinal studies, systematic reviews, meta-analyses, institutional research reports and Brazilian legal frameworks were examined. The analysis indicates that separation rarely ends coercive control, that harms to mental and physical health persist long after the relationship is over, and that the personal, social and economic resources available to women decisively mediate improvements in their health. Community-based advocacy, trauma-focused psychotherapies and the strengthening of informal support networks also show consistent results when offered on an ongoing basis. The article concludes that services focused solely on the crisis phase are insufficient and that effective protection of survivors requires long-term support policies coordinated across health, social assistance, housing, employment and justice.

Keywords: intimate partner violence; recovery; post-separation; coercive control; mental health.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

1 INTRODUÇÃO

A violência por parceiro íntimo é hoje reconhecida como um dos problemas de saúde pública e de direitos humanos mais difundidos do mundo. Estimativas globais produzidas a partir da base de dados da Organização Mundial da Saúde, que reúne 366 estudos com respostas de cerca de 2 milhões de mulheres em 161 países e áreas, indicam que 27% das mulheres de 15 a 49 anos que já tiveram um relacionamento sofreram violência física, sexual ou ambas por parte de um parceiro ao longo da vida, e que 13% passaram por essa experiência nos doze meses anteriores à pesquisa (SARDINHA et al., 2022). No Brasil, a quinta edição da pesquisa Visível e Invisível, conduzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto Datafolha, estimou que 37,5% das brasileiras com 16 anos ou mais viveram alguma situação de violência nos doze meses anteriores ao levantamento, o que corresponde a cerca de 21,4 milhões de mulheres e representa a maior prevalência da série histórica iniciada em 2017 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

Diante de números dessa magnitude, boa parte dos esforços institucionais concentra-se, com razão, na fase aguda do problema, isto é, na identificação do risco, na denúncia, na concessão de medidas protetivas e no afastamento do agressor. A saída da relação passa então a funcionar, no imaginário social e em muitos fluxos de atendimento, como uma espécie de linha de chegada. Estudos que acompanharam mulheres depois da separação mostram, porém, que o período posterior ao rompimento é marcado por novas formas de abuso, adoecimento persistente, perdas materiais e uma reconstrução lenta e irregular da autonomia (KELLY; SHARP; KLEIN, 2014; FORD-GILBOE et al., 2009). A violência, nesses casos, não se encerra com a mudança de endereço. Ela muda de forma, e seus efeitos acompanham a mulher e os filhos durante anos.

Este artigo parte dessa constatação para examinar, à luz da literatura científica, por que a recuperação de sobreviventes de violência por parceiro íntimo tende a ser prolongada e quais fatores favorecem ou dificultam esse processo. Após a descrição dos procedimentos metodológicos, o texto discute seis eixos temáticos, a saber, a separação compreendida como processo, a persistência do controle coercitivo após o rompimento, as repercussões de longo prazo na saúde, o peso dos recursos econômicos e da moradia, os modelos teóricos e as intervenções de recuperação com respaldo empírico e, por fim, o papel das redes de apoio e as implicações para as políticas públicas brasileiras. A intenção é oferecer uma síntese crítica útil a pesquisadores, profissionais da rede de atendimento e formuladores de políticas que lidam com a fase menos visível do enfrentamento à violência.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.
Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, delineada como revisão narrativa da literatura. Segundo Rother (2007), as revisões narrativas são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o estado da arte de determinado assunto sob o ponto de vista teórico ou contextual, sem a exigência de protocolos rígidos de busca e seleção próprios das revisões sistemáticas. Baumeister e Leary (1997) acrescentam que esse tipo de revisão é especialmente útil quando o objetivo é integrar resultados dispersos em diferentes subáreas, identificar lacunas e construir quadros interpretativos mais abrangentes. Como o fenômeno da recuperação após a violência por parceiro íntimo é estudado simultaneamente pela psicologia, pela enfermagem, pela saúde coletiva, pelo serviço social e pelo direito, a opção pela revisão narrativa permitiu dialogar com tradições metodológicas distintas sem reduzi-las a um único formato de evidência. A pesquisa caracteriza-se ainda como bibliográfica e documental, nos termos de Gil (2017), por se apoiar em material já publicado e em documentos oficiais.

O levantamento do material foi realizado em bases e repositórios de acesso amplo, como PubMed, SciELO e Google Acadêmico, complementado por repositórios institucionais de universidades e centros de pesquisa e por portais oficiais de legislação e estatística. Foram utilizados descritores em português e em inglês, combinados de diferentes maneiras, entre eles violência por parceiro íntimo, violência doméstica, pós-separação, recuperação, controle coercitivo, crescimento pós-traumático, abuso econômico, intimate partner violence, post-separation abuse, recovery, coercive control, economic abuse e posttraumatic growth. Não se estabeleceu recorte temporal rígido, uma vez que obras fundadoras do campo, publicadas a partir da década de 1970, continuam a orientar a pesquisa contemporânea. Ainda assim, deu-se prioridade a estudos publicados entre 1999 e 2025 e a investigações que acompanharam mulheres ao longo do tempo após a separação.

Foram incluídos artigos publicados em periódicos com revisão por pares, livros de referência na área, relatórios de pesquisa produzidos por universidades ou órgãos públicos com metodologia explicitada e textos legais brasileiros obtidos em fontes oficiais. Excluíram-se textos opinativos sem base empírica, materiais sem autoria ou procedência identificável e publicações cujos dados não pudessem ser localizados e conferidos. Para estimativas de prevalência, optou-se pelas fontes de maior abrangência e transparência metodológica disponíveis, como as estimativas globais vinculadas à Organização Mundial da Saúde e a pesquisa nacional de vitimização do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Todos os dados numéricos apresentados ao longo do texto foram conferidos nas publicações originais ou em seus registros oficiais de indexação.

O material selecionado foi submetido a leitura analítica e organizado em eixos temáticos, em

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

procedimento inspirado nas etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados descritas por Bardin (2016) para a análise de conteúdo. Os eixos foram definidos a partir da recorrência dos temas na literatura e de sua pertinência para a pergunta central do estudo. Reconhecem-se as limitações próprias do delineamento adotado. A revisão narrativa não permite síntese estatística dos achados e está mais sujeita a viés de seleção do que uma revisão sistemática. Além disso, grande parte dos estudos longitudinais disponíveis foi realizada em países de alta renda, como Canadá, Estados Unidos e Reino Unido, o que exige cautela na transposição de seus resultados para a realidade brasileira, marcada por desigualdades de renda, raça e território que alteram de modo significativo as condições de recuperação.

3 A SEPARAÇÃO COMO PROCESSO, E NÃO COMO EVENTO

Uma das primeiras tentativas de explicar por que muitas mulheres permanecem em relações abusivas ou retornam a elas foi o modelo do ciclo da violência proposto por Walker (1979). A autora descreveu uma sequência recorrente composta por uma fase de acúmulo de tensão, um episódio agudo de agressão e um período de arrependimento e reconciliação, no qual o agressor demonstra afeto e promete mudança. Embora o modelo tenha recebido críticas por sugerir uma regularidade que nem todas as relações apresentam, ele teve o mérito de deslocar a atenção do episódio isolado para a dinâmica relacional. Ao mostrar que a violência se alterna com momentos de aparente normalidade, Walker ajudou a compreender por que a decisão de sair raramente é tomada de uma só vez e por que tantas mulheres oscilam entre ficar e partir antes do rompimento definitivo.

A literatura posterior confirmou que deixar um parceiro agressor é um processo, e não um ato único. Na revisão empírica conduzida por Anderson e Saunders (2003), os autores mostraram que as mulheres costumam passar por diversas mudanças na forma de compreender a violência antes da separação definitiva e que as separações temporárias fazem parte desse percurso. Os autores chamam atenção ainda para um achado aparentemente paradoxal, segundo o qual algumas mulheres que acabaram de deixar a relação apresentam mais dificuldades psicológicas do que aquelas que nela permanecem. A explicação proposta recorre a um modelo de estresse, em que a saída acumula novas pressões, como mudança de casa, perda de renda, disputas judiciais e medo de retaliação, sobre um organismo já fragilizado. A separação, portanto, inaugura uma fase de alta exigência, e não de alívio imediato.

Pesquisas qualitativas de longo alcance aprofundaram essa compreensão. Em estudo de teoria fundamentada com famílias monoparentais canadenses que haviam deixado um parceiro e pai abusivo, Wuest et al. (2003) identificaram a intrusão como o problema central enfrentado por mães e

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

filhos depois da saída, entendida como interferência indesejada na vida cotidiana que desvia a atenção das prioridades da família. O conceito abrange os efeitos persistentes da violência sobre a saúde, o abuso que continua após o rompimento, os custos de buscar ajuda formal e informal e as mudanças no modo de vida que dificultam a reorganização da família de forma independente do agressor. Em desdobramento dessa linha de pesquisa, Ford-Gilboe, Wuest e Merritt-Gray (2005) descreveram a recuperação familiar como um processo de fortalecimento da capacidade de limitar essa intrusão, o que reforça a ideia de que a vida após a separação exige esforço contínuo e prolongado.

O estudo longitudinal Finding the Costs of Freedom, realizado pela London Metropolitan University em parceria com a organização Solace Women's Aid, acompanhou cerca de cem mulheres e seus filhos durante três anos após a saída de serviços especializados, em quatro ondas de entrevistas (KELLY; SHARP; KLEIN, 2014). A pesquisa adotou a noção de espaço de ação para analisar como as mulheres recuperam a capacidade de tomar decisões sobre a própria vida depois de se afastarem do controle exercido pelo agressor. Os resultados mostraram que reconstruir a vida exige uma quantidade considerável do que as autoras chamam de trabalho de segurança, composto por estratégias cotidianas de vigilância, planejamento e evitação. Em publicação derivada do mesmo estudo, Sharp-Jeffs, Kelly e Klein (2018) concluíram que lidar com a violência não é um processo linear e que o apoio precisa se estender para além da etapa em que a mulher é capacitada a se separar. Em conjunto, esses estudos sustentam uma mudança conceitual com consequências práticas relevantes. Se a separação é um processo, avaliar serviços apenas pelo número de mulheres que deixam o agressor produz uma imagem incompleta e, por vezes, enganosa de sua efetividade. Uma mulher que se separa e, meses depois, encontra-se sem moradia estável, adoecida e ainda assediada pelo ex-parceiro não pode ser considerada um caso resolvido. A pergunta relevante deixa de ser se ela saiu e passa a ser em que condições consegue sustentar a separação e reconstruir a vida. Essa reformulação desloca o foco da decisão individual para o contexto, isto é, para os recursos, as redes e as respostas institucionais que tornam a permanência fora da relação possível, segura e compatível com a saúde da mulher e dos filhos.

4 O CONTROLE COERCITIVO E A PERSISTÊNCIA DO ABUSO APÓS O ROMPIMENTO

A obra de Stark (2007) representou uma inflexão no modo de compreender a violência por parceiro íntimo. Para o autor, o núcleo do fenômeno não está na agressão física isolada, mas em um padrão de dominação que combina violência com intimidação, isolamento e controle sobre aspectos minuciosos da vida cotidiana, como dinheiro, vestuário, deslocamentos, contatos sociais e uso do tempo. Stark propõe que esse padrão seja entendido como uma violação da liberdade e da autonomia da mulher, e

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

não apenas como uma sucessão de lesões. A contribuição é decisiva para o tema deste artigo porque explica por que o dano não desaparece quando cessam os golpes. Se o que estava em jogo era a autonomia, sua restauração exige tempo, segurança e condições materiais que a simples separação não garante.

Como o controle coercitivo incide sobre a liberdade e não depende da convivência sob o mesmo teto, ele frequentemente sobrevive ao fim da relação. Humphreys e Thiara (2003), em pesquisa realizada no Reino Unido com mulheres que haviam deixado parceiros abusivos, constataram que mais de um terço delas, o equivalente a 36%, continuou sofrendo violência depois da separação. As formas relatadas incluíam perseguição, descumprimento de ordens de proteção e o uso dos encontros para convivência com os filhos como ocasião para novas agressões e intimidações. As autoras concluíram que o sistema legal era capaz de oferecer mais proteção e justiça do que efetivamente oferecia, sobretudo pela pouca atenção dada à dinâmica específica do período posterior ao rompimento e à sobreposição entre os processos criminais e os de família.

Em análise de conceito publicada mais recentemente, Spearman, Hardesty e Campbell (2023) definiram o abuso pós-separação como um padrão continuado e deliberado de intimidação de uma ex-parceira, que inclui abuso por meio do sistema legal, abuso econômico, ameaças e exposição dos filhos a perigo, isolamento e descrédito, além de assédio e perseguição. Ao revisar a literatura, os autores registram que até 90% das mulheres relatam assédio, perseguição ou abuso continuados depois de deixar um parceiro violento. O dado mais grave, entretanto, diz respeito à letalidade. No estudo de caso-controle realizado em onze cidades norte-americanas por Campbell et al. (2003), ter se separado de um parceiro abusivo depois de viver com ele esteve associado a risco significativamente maior de feminicídio, especialmente quando o agressor apresentava comportamento altamente controlador.

Um dos mecanismos mais estudados de prolongamento do controle é o uso das instituições de justiça contra a própria vítima. Douglas (2018), com base em entrevistas com 65 mulheres australianas que se envolveram com o sistema legal em razão da violência sofrida, descreveu o que denominou abuso por meio do sistema legal. Entre as práticas identificadas estão pedidos sucessivos de adiamento, contra-acusações, arrolamento de testemunhas irrelevantes e litigância excessiva nas varas de família. Segundo a autora, quando os outros caminhos de controle se fecham com o fim da relação, os processos judiciais passam a oferecer ao agressor uma via legítima de contato, desgaste e intimidação. Para a mulher, o efeito é a continuidade do estresse, o consumo de recursos financeiros e emocionais e a sensação de que a própria instituição chamada a protegê-la se converte em instrumento do agressor.

A persistência do controle tem impacto direto sobre a possibilidade de recuperação. Sharp-Jeffs, Kelly

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

e Klein (2018) desenvolveram escalas para medir o controle coercitivo e o espaço de ação ao longo de três anos e encontraram correlação significativa entre ambos, de modo que a redução do controle acompanha a ampliação da margem de decisão das mulheres, ainda que de maneira lenta e irregular. No Brasil, a legislação avançou no reconhecimento de formas de violência que vão além da agressão física. Os dados nacionais confirmam a relevância do tema, pois na pesquisa Visível e Invisível de 2025 ex-cônjuges, ex-companheiros e ex-namorados responderam por 26,8% dos casos de violência dos doze meses anteriores, atrás apenas dos parceiros atuais (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, já definia, além da violência física, as violências psicológica, sexual, patrimonial e moral (BRASIL, 2006), e a Lei nº 14.188/2021 tipificou o crime de violência psicológica contra a mulher no Código Penal (BRASIL, 2021). O reconhecimento normativo, porém, não assegura por si só a proteção no período pós-separação, que depende de profissionais capazes de identificar padrões de controle e não apenas episódios isolados.

5 REPERCUSSÕES DE LONGO PRAZO NA SAÚDE MENTAL E FÍSICA

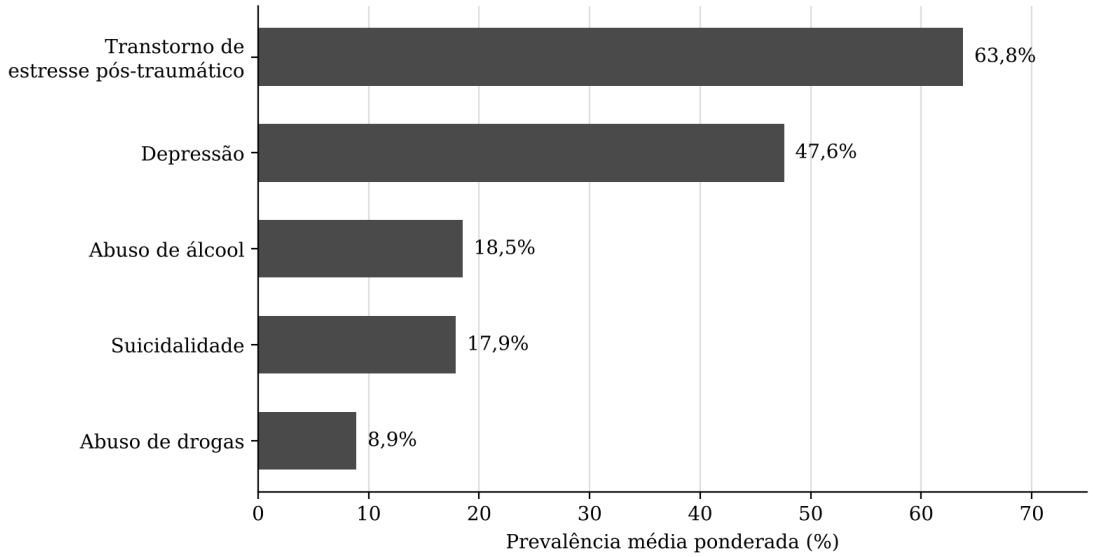
A associação entre violência por parceiro íntimo e adoecimento psíquico está entre os achados mais sólidos do campo. Na metanálise conduzida por Golding (1999), que reuniu estudos sobre a prevalência de problemas de saúde mental entre mulheres com histórico desse tipo de violência, as médias ponderadas foram de 47,6% para depressão, em 18 estudos, 17,9% para suicidalidade, em 13 estudos, 63,8% para transtorno de estresse pós-traumático, em 11 estudos, 18,5% para abuso de álcool e 8,9% para abuso de outras drogas. A autora identificou ainda relações de dose e resposta entre a violência e os quadros de depressão e de estresse pós-traumático, isto é, quanto mais grave e frequente a violência, maior a intensidade dos sintomas. As razões de chances encontradas indicavam risco de três a cinco vezes maior em relação a mulheres sem esse histórico. O Gráfico 1 sintetiza essas prevalências.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

Gráfico 1 – Prevalência média ponderada de problemas de saúde mental entre mulheres com histórico de violência por parceiro íntimo



Fonte: elaborado pela autora com base em Golding (1999).

Revisões posteriores ampliaram e refinaram esse quadro. Lagdon, Armour e Stringer (2014), em revisão sistemática sobre os desfechos de saúde mental associados a todas as formas de violência por parceiro íntimo, confirmaram que as associações mais consistentes são com depressão, estresse pós-traumático e ansiedade, e que a gravidade e a extensão da exposição aumentam a intensidade dos sintomas. O achado mais relevante para esta discussão, contudo, refere-se à violência psicológica, cujo efeito sobre a saúde mental se mostrou mais expressivo do que se supunha. Os autores observam também que vivenciar mais de uma forma de violência agrava os desfechos. Herman (1992) já havia argumentado que traumas prolongados e repetidos, vividos em relações de dependência e controle como a violência doméstica, produzem efeitos psicológicos mais complexos do que os de um evento traumático isolado, justamente por atingirem a confiança, a identidade e o sentido de segurança mais básicos.

As consequências físicas também ultrapassam o período da relação. Na revisão publicada na revista The Lancet, Campbell (2002) reuniu estudos controlados que associam a violência por parceiro íntimo a lesões, dor crônica, problemas gastrointestinais e ginecológicos, incluindo infecções sexualmente transmissíveis, além de depressão e estresse pós-traumático. A autora registrou ainda que a violência atinge entre 3% e 13% das gestações nos estudos realizados em diferentes países, com prejuízos para a mãe e para o bebê, e recomendou que a avaliação e a intervenção se tornem rotina nos serviços de saúde. Vários desses agravos, como a dor crônica, tendem a persistir depois do fim da violência. Em pesquisa com mulheres canadenses que já haviam deixado o parceiro agressor, Wuest et al. (2009)

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

identificaram as lesões relacionadas ao abuso e os sintomas de estresse pós-traumático como mecanismos que ajudam a explicar a dor crônica nessa população. O corpo, nesse sentido, continua a registrar a violência mesmo quando a convivência com o agressor já se encerrou.

A melhora da saúde depois da separação não depende apenas da passagem do tempo. No âmbito do Women's Health Effects Study, Ford-Gilboe et al. (2009) analisaram dados de 309 mulheres canadenses que haviam deixado um parceiro abusivo e, por meio de modelagem de equações estruturais, verificaram que a maior gravidade da violência vivida estava associada a pior saúde mental e física e a menos recursos pessoais, sociais e econômicos. Os recursos, considerados em conjunto, mediaram a relação entre a violência sofrida e o estado de saúde atual das participantes. Em termos práticos, o estudo indica que uma das vias pelas quais a violência continua a adoecer as mulheres é a erosão de seus recursos, o que torna o fortalecimento desses recursos uma estratégia de cuidado tão importante quanto o tratamento dos sintomas.

Esses achados têm consequências diretas para a organização dos serviços de saúde. Se a depressão, o estresse pós-traumático e a dor crônica permanecem por anos e se agravam quando faltam recursos, a resposta não pode se limitar ao atendimento emergencial das lesões ou a encaminhamentos pontuais. Torna-se necessário que a atenção primária e os serviços de saúde mental registrem a história de violência, acompanhem a evolução dos sintomas e adotem práticas sensíveis ao trauma, evitando interpretações que atribuam o sofrimento a fragilidades individuais. A observação de Anderson e Saunders (2003) de que algumas mulheres apresentam dificuldades psicológicas mais intensas logo depois da saída reforça essa exigência, pois indica que o período em que muitas deixam de ser acompanhadas pelos serviços de proteção pode ser justamente aquele em que mais precisam de suporte clínico e psicossocial.

6 RECURSOS ECONÔMICOS, MORADIA E O CUSTO MATERIAL DA LIBERDADE

O abuso econômico é uma das dimensões do controle coercitivo que mais diretamente condiciona a recuperação. Adams et al. (2008), ao desenvolverem a Escala de Abuso Econômico, organizaram o fenômeno em comportamentos de controle econômico, como impedir o acesso ao dinheiro ou às informações financeiras da família, e de exploração econômica, como contrair dívidas em nome da parceira ou apropriar-se de seus recursos. Versões posteriores do instrumento incluíram também a sabotagem do trabalho, que abrange impedir a mulher de procurar emprego, provocar faltas e atrasos ou criar conflitos no ambiente profissional. Esses comportamentos produzem efeitos que se prolongam muito além da relação, porque afetam o histórico de crédito, a trajetória profissional e a capacidade de a mulher sustentar a si mesma e aos filhos depois da separação.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

A extensão do problema foi documentada por Postmus et al. (2012) em estudo com 120 sobreviventes que participavam de um programa de educação financeira nos Estados Unidos. Do total de participantes, 94% relataram ter sofrido alguma forma de abuso econômico, que se mostrou fortemente correlacionado com as demais formas de violência por parceiro íntimo. As análises de regressão indicaram que vivenciar abuso econômico e, em particular, controle econômico predizia redução significativa da autossuficiência econômica das mulheres. Os autores recomendam que os profissionais que atendem sobreviventes avaliem sistematicamente a ocorrência de abuso econômico e ofereçam ferramentas financeiras concretas, e que as políticas públicas reconheçam os efeitos desse tipo de violência e criem mecanismos para enfrentá-lo.

A moradia ocupa lugar central nesse debate. No estudo longitudinal de Kelly, Sharp e Klein (2014), um quarto das mulheres precisou mudar de casa três vezes ou mais depois de deixar o parceiro violento, dado que revela o grau de instabilidade habitacional vivido nesse período. As autoras enfatizam que um lar em que mulheres e crianças possam estar e se sentir seguras é condição indispensável para a reconstrução da vida. Com base nesses resultados, recomendaram que todas as mulheres e crianças que viveram violência doméstica tenham acesso a apoio especializado por no mínimo dois anos após a separação, prazo consideravelmente superior ao oferecido pela maioria dos serviços concebidos para a fase de crise.

O custo da violência também pode ser observado em escala coletiva. Em relatório do Ministério do Interior do Reino Unido, Oliver et al. (2019) estimaram que o custo econômico e social da violência doméstica na Inglaterra e no País de Gales, para o ano encerrado em março de 2017, foi de aproximadamente 66 bilhões de libras. A maior parcela, em torno de 47 bilhões, correspondeu aos danos físicos e emocionais sofridos pelas próprias vítimas, seguida pela perda de produtividade decorrente de afastamentos do trabalho, estimada em cerca de 14 bilhões. Embora esses valores não possam ser transpostos para o Brasil, eles mostram que os efeitos da violência se estendem no tempo e alcançam a economia como um todo, o que reforça o argumento de que investir na recuperação de longo prazo é também uma escolha racional do ponto de vista das políticas públicas.

No ordenamento jurídico brasileiro, algumas medidas buscam enfrentar a dimensão material da violência. A Lei Maria da Penha prevê, entre outras garantias, a manutenção do vínculo trabalhista por até seis meses quando for necessário o afastamento do local de trabalho (BRASIL, 2006). Mais recentemente, a Lei nº 14.674/2023 incluiu entre as medidas protetivas de urgência a concessão de auxílio-aluguel, por até seis meses, a mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica (BRASIL, 2023). São avanços relevantes, mas seus prazos contrastam com as evidências apresentadas nesta seção, segundo as quais a instabilidade econômica e habitacional pode persistir por anos. Sem articulação com programas de qualificação profissional, acesso a emprego, crédito e

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

habitação de interesse social, medidas temporárias correm o risco de apenas adiar a vulnerabilidade, em vez de superá-la.

7 MODELOS DE RECUPERAÇÃO E INTERVENÇÕES COM RESPALDO EMPÍRICO

No plano teórico, a obra de Herman (1992) permanece como uma das referências mais influentes sobre a recuperação de pessoas expostas a traumas prolongados e repetidos, entre os quais a autora inclui a violência doméstica. Herman descreve a recuperação em três estágios, que são o estabelecimento da segurança, a rememoração e o luto pelas perdas sofridas e a reconexão com a vida cotidiana e com os outros. A autora adverte que esses estágios não se sucedem de forma rígida e que retrocessos são esperados, sobretudo diante de novas ameaças. Outro princípio central de sua proposta é o de que a recuperação se apoia no fortalecimento da autonomia da sobrevivente e na criação de novos vínculos, já que o trauma relacional desorganiza justamente a confiança e a capacidade de se relacionar. Nessa perspectiva, ninguém se recupera isoladamente.

Entre as intervenções clínicas avaliadas especificamente com essa população destaca-se a Terapia Cognitiva do Trauma para Mulheres Agredidas, desenvolvida por Kubany et al. (2004) e testada em ensaio clínico controlado com mulheres que apresentavam transtorno de estresse pós-traumático relacionado à violência por parceiro íntimo. O protocolo combina psicoeducação sobre o trauma, manejo do estresse, trabalho sobre a culpa relacionada ao trauma, treino de assertividade, estratégias para lidar com contatos indesejados com o ex-parceiro e orientações para identificar potenciais agressores em relações futuras. As participantes apresentaram reduções expressivas dos sintomas de estresse pós-traumático, de depressão e de culpa, além de aumento da autoestima, com manutenção dos ganhos no segmento. A replicação conduzida por Beck et al. (2016) reforçou a viabilidade do protocolo em contextos diversos.

No campo psicossocial, o Community Advocacy Project, avaliado por Sullivan e Bybee (1999) em estudo experimental longitudinal, ofereceu a mulheres que deixavam um abrigo o acompanhamento individual de defensoras treinadas durante dez semanas, com o objetivo de ajudá-las a identificar e mobilizar os recursos comunitários de que precisavam. Em comparação com o grupo controle, as participantes relataram menos violência física, maior qualidade de vida, mais apoio social e maior facilidade de acesso a recursos, com efeitos observados até dois anos depois da intervenção. Em análise complementar do mesmo programa, Allen, Bybee e Sullivan (2004) mostraram que as sobreviventes apresentam necessidades múltiplas e simultâneas, como moradia, emprego, educação, assistência jurídica e cuidado com os filhos, e que um acompanhamento abrangente e individualizado aumenta a eficácia na obtenção desses recursos.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

A literatura sobre recuperação não se limita à redução de sintomas. Tedeschi e Calhoun (2004) definiram o crescimento pós-traumático como a experiência de mudanças psicológicas positivas que resultam do enfrentamento de circunstâncias de vida altamente desafiadoras, observáveis em domínios como a valorização da vida, as relações interpessoais, a percepção de força pessoal, a abertura a novas possibilidades e a dimensão espiritual. Ao investigar essa possibilidade entre sobreviventes de violência por parceiro íntimo, Cobb et al. (2006) verificaram que parte delas relatava aspectos de crescimento apesar do sofrimento psicológico e físico vivido. É preciso, contudo, cautela na apropriação desse conceito. O crescimento não é universal nem obrigatório, e transformá-lo em expectativa pode produzir nova forma de cobrança sobre mulheres que ainda lidam com perdas profundas.

Apesar das diferenças de enfoque, os modelos e as intervenções aqui reunidos compartilham alguns elementos. Todos reconhecem que a recuperação ultrapassa a fase de crise, que a segurança é condição prévia para qualquer trabalho terapêutico e que a sobrevivente deve participar ativamente das decisões sobre o próprio percurso. Também convergem na ideia de que as necessidades concretas, como renda, moradia e proteção jurídica, não podem ser separadas das necessidades emocionais, sob pena de se oferecer psicoterapia a quem ainda não sabe onde vai dormir ou de se resolver a moradia de quem continua incapaz de dormir por causa do medo. A integração entre cuidado clínico, apoio psicossocial e garantia de direitos aparece, assim, como o traço comum das abordagens com melhores resultados documentados.

8 REDES DE APOIO, RECONEXÃO SOCIAL E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O apoio social é um dos fatores de proteção mais documentados na literatura sobre violência por parceiro íntimo. Coker et al. (2002), em estudo transversal com 1.152 mulheres atendidas em clínicas de medicina de família nos Estados Unidos, confirmaram que a violência estava associada a pior percepção de saúde mental e física, abuso de substâncias, sintomas de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade e ideação ou tentativas de suicídio. Entre as mulheres que sofriam violência, porém, escores mais altos de apoio social estiveram associados a uma redução de aproximadamente metade no risco de percepção negativa da própria saúde mental, mesmo após controle da frequência das agressões, além de menor risco de tentativas de suicídio. Os autores destacam que profissionais de saúde, familiares e amigos podem ser fontes decisivas desse apoio.

Como o isolamento é uma das estratégias centrais do controle coercitivo, muitas mulheres chegam ao fim da relação com suas redes empobrecidas ou rompidas. Goodman e Smyth (2011), ao revisarem a

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.
Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

literatura sobre o papel das redes informais na segurança e no bem-estar das sobreviventes, propuseram que os serviços adotem uma abordagem orientada para as redes sociais, em vez de concentrar o atendimento exclusivamente na relação entre a mulher e o profissional. Em estudo com grupos focais de profissionais de programas especializados, Goodman et al. (2016) descreveram cinco dimensões desse trabalho, que consistem em ajudar as sobreviventes a desenvolver a capacidade de estabelecer relações saudáveis, identificar os membros da rede que ajudam e os que prejudicam, reaproximar-se de vínculos existentes, construir novas relações e responder de forma mais eficaz às pessoas próximas.

No Brasil, a Lei Maria da Penha estabeleceu que a política de enfrentamento à violência doméstica deve ser executada por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de organizações não governamentais, envolvendo Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação (BRASIL, 2006). Publicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres consolidou a noção de rede de enfrentamento, voltada a executar os quatro eixos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que são combate, prevenção, assistência e garantia de direitos, e distinguiu dela a rede de atendimento, que corresponde ao eixo da assistência e reúne os serviços que acolhem e acompanham as mulheres (BRASIL, 2011). Trata-se de um desenho institucional compatível com as evidências internacionais. A dificuldade está na distância entre o desenho e a realidade, já que a oferta de serviços especializados é desigual entre regiões e municípios e grande parte deles permanece organizada em torno da crise e da resposta criminal.

Os dados nacionais de vitimização reforçam a importância de olhar para além das instituições formais. Na edição de 2025 da pesquisa Visível e Invisível, 47,4% das mulheres declararam não ter feito nada depois do episódio mais grave de violência sofrido nos doze meses anteriores, enquanto 34,4% recorreram a familiares ou amigos e apenas 25,7% procuraram uma delegacia, comum ou especializada (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). Esse padrão sugere que as redes informais funcionam, na prática, como a principal estrutura de apoio de muitas brasileiras, o que torna estratégico capacitá-las e ampliar seu acesso a informação qualificada. Estudos de base populacional realizados no país, como o de Schraiber et al. (2007), vinculado ao estudo multipaíses da Organização Mundial da Saúde, já haviam documentado a elevada prevalência da violência por parceiro íntimo em diferentes regiões, evidenciando que o problema exige respostas de saúde pública, e não apenas de segurança.

Por fim, a recuperação não pode ser compreendida apenas como processo individual. Saffioti (2004) mostrou que a violência contra as mulheres está enraizada nas relações de gênero e na estrutura patriarcal, o que significa que as condições de recuperação são também sociais e políticas. Crenshaw

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

(1991), ao formular o conceito de interseccionalidade, demonstrou que mulheres negras, pobres e imigrantes enfrentam barreiras adicionais e específicas no acesso à proteção, que não são captadas quando gênero é analisado isoladamente. No contexto brasileiro, isso implica reconhecer que raça, renda e território modulam de forma significativa o tempo e a qualidade da recuperação. Políticas que pretendem acompanhar as sobreviventes no longo prazo precisam, portanto, combinar o cuidado individualizado com a redução das desigualdades que tornam algumas mulheres mais expostas e com menos recursos para reconstruir a vida.

CONCLUSÃO

Este artigo buscou demonstrar, com base na literatura científica nacional e internacional, que a separação de um parceiro agressor não constitui o desfecho da violência por parceiro íntimo, mas o início de uma etapa longa, exigente e frequentemente invisível para as instituições. Os estudos analisados convergem ao indicar que a recuperação se estende por anos, que segue trajetórias irregulares e que depende muito mais das condições disponíveis à mulher do que de atributos individuais como força de vontade ou resiliência.

A compreensão da separação como processo, e não como evento, tem implicações diretas para a avaliação dos serviços. Indicadores que se limitam a contabilizar denúncias, medidas protetivas concedidas ou mulheres que deixaram o agressor oferecem um retrato parcial da efetividade das respostas institucionais. Torna-se necessário incorporar medidas de acompanhamento que observem a segurança, a saúde, a moradia, a renda e os vínculos das sobreviventes ao longo do tempo.

A persistência do controle coercitivo depois do rompimento mostrou-se um dos principais obstáculos à recuperação. Perseguição, assédio, uso dos filhos e abuso por meio do sistema legal mantêm a mulher sob vigilância e desgaste justamente no período em que a literatura identifica risco aumentado de violência letal. Isso exige que profissionais de segurança pública, do sistema de justiça e da rede de atendimento sejam capacitados para reconhecer padrões de controle, e não apenas episódios isolados de agressão.

No campo da saúde, as evidências apontam para agravos mentais e físicos duradouros, com destaque para depressão, estresse pós-traumático, ansiedade e dor crônica. A constatação de que os recursos pessoais, sociais e econômicos medeiam a relação entre a violência sofrida e o estado de saúde indica que o cuidado não pode se restringir ao tratamento dos sintomas. A atenção primária e os serviços de saúde mental têm papel estratégico no acompanhamento contínuo e sensível ao trauma dessas mulheres.

A dimensão econômica e habitacional revelou-se igualmente decisiva. O abuso econômico

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

compromete a autonomia financeira por anos, e a instabilidade de moradia interrompe o trabalho, a escolarização dos filhos e os laços comunitários. As medidas previstas na legislação brasileira, como a manutenção do vínculo trabalhista e o auxílio-aluguel, representam avanços importantes, mas seus prazos limitados contrastam com a duração das necessidades documentadas pela pesquisa e pedem articulação com políticas de emprego, crédito e habitação.

As intervenções com melhores resultados documentados compartilham a integração entre segurança, cuidado clínico e garantia de direitos. Psicoterapias focadas no trauma, como a terapia cognitiva desenvolvida especificamente para mulheres que sofreram violência por parceiro íntimo, e programas de acompanhamento comunitário individualizado mostraram efeitos consistentes e duradouros. Esses resultados indicam que o investimento em apoio prolongado não é apenas uma demanda ética, mas também uma estratégia com respaldo empírico.

As redes de apoio, formais e informais, aparecem como elemento central da recuperação. Como o isolamento é uma das marcas do controle coercitivo, ajudar as sobreviventes a reconstruir vínculos seguros deve ser considerado parte essencial do trabalho dos serviços. No Brasil, onde muitas mulheres não recorrem às instituições após o episódio mais grave de violência, qualificar familiares, amigos e comunidades para oferecer apoio adequado torna-se uma estratégia complementar às políticas públicas.

Reconhece-se, por fim, que a maior parte das evidências longitudinais disponíveis provém de países de alta renda, o que limita sua generalização para a realidade brasileira. Recomenda-se o desenvolvimento de estudos nacionais que acompanhem sobreviventes por períodos prolongados, considerando as desigualdades de raça, renda e território. Somente com esse conhecimento será possível desenhar políticas capazes de acompanhar as mulheres não apenas no momento em que saem da violência, mas durante todo o tempo necessário para que reconstruam uma vida segura e autônoma.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Adrienne E. et al. Development of the scale of economic abuse. **Violence Against Women**, v. 14, n. 5, p. 563-588, 2008.

ALLEN, Nicole E.; BYBEE, Deborah I.; SULLIVAN, Cris M. Battered women's multitude of needs: evidence supporting the need for comprehensive advocacy. **Violence Against Women**, v. 10, n. 9, p. 1015-1035, 2004.

ANDERSON, Deborah K.; SAUNDERS, Daniel G. Leaving an abusive partner: an empirical review of predictors, the process of leaving, and psychological well-being. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 4, n. 2, p. 163-191, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

BAUMEISTER, Roy F.; LEARY, Mark R. Writing narrative literature reviews. **Review of General Psychology**, v. 1, n. 3, p. 311-320, 1997.

BECK, J. Gayle et al. Cognitive trauma therapy for battered women: replication and extension. **Psychology of Violence**, v. 6, n. 3, p. 368-377, 2016.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher e cria o tipo penal de violência psicológica contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.674, de 14 de setembro de 2023. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre auxílio-aluguel a ser concedido pelo juiz em decorrência de situação de vulnerabilidade social e econômica da ofendida afastada do lar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 set. 2023.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

CAMPBELL, Jacquelyn C. Health consequences of intimate partner violence. **The Lancet**, v. 359, n. 9314, p. 1331-1336, 2002.

CAMPBELL, Jacquelyn C. et al. Risk factors for femicide in abusive relationships: results from a multisite case control study. **American Journal of Public Health**, v. 93, n. 7, p. 1089-1097, 2003.

COBB, Amanda R. et al. Correlates of posttraumatic growth in survivors of intimate partner violence. **Journal of Traumatic Stress**, v. 19, n. 6, p. 895-903, 2006.

COKER, Ann L. et al. Social support protects against the negative effects of partner violence on mental health. **Journal of Women's Health & Gender-Based Medicine**, v. 11, n. 5, p. 465-476, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

DOUGLAS, Heather. Legal systems abuse and coercive control. **Criminology & Criminal Justice**, v. 18, n. 1, p. 84-99, 2018.

FORD-GILBOE, Marilyn; WUEST, Judith; MERRITT-GRAY, Marilyn. Strengthening capacity to limit intrusion: theorizing family health promotion in the aftermath of woman abuse. **Qualitative Health Research**, v. 15, n. 4, p. 477-501, 2005.

FORD-GILBOE, Marilyn et al. Modelling the effects of intimate partner violence and access to resources on women's health in the early years after leaving an abusive partner. **Social Science & Medicine**, v. 68, n. 6, p. 1021-1029, 2009.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. 5. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha, 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOLDING, Jacqueline M. Intimate partner violence as a risk factor for mental disorders: a meta-analysis. **Journal of Family Violence**, v. 14, n. 2, p. 99-132, 1999.

GOODMAN, Lisa A.; SMYTH, Katya Fels. A call for a social network-oriented approach to services for survivors of intimate partner violence. **Psychology of Violence**, v. 1, n. 2, p. 79-92, 2011.

GOODMAN, Lisa A. et al. Bringing a network-oriented approach to domestic violence services: a focus group exploration of promising practices. **Violence Against Women**, v. 22, n. 1, p. 64-89, 2016.

HERMAN, Judith Lewis. **Trauma and recovery**. New York: Basic Books, 1992.

HUMPHREYS, Catherine; THIARA, Ravi K. Neither justice nor protection: women's experiences of post-separation violence. **Journal of Social Welfare and Family Law**, v. 25, n. 3, p. 195-214, 2003.

KELLY, Liz; SHARP, Nicola; KLEIN, Renate. **Finding the costs of freedom**: how women and children rebuild their lives after domestic violence. London: Solace Women's Aid, 2014.

KUBANY, Edward S. et al. Cognitive trauma therapy for battered women with PTSD (CTT-BW). **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 72, n. 1, p. 3-18, 2004.

LAGDON, Susan; ARMOUR, Cherie; STRINGER, Maurice. Adult experience of mental health outcomes as a result of intimate partner violence victimisation: a systematic review. **European Journal of Psychotraumatology**, v. 5, 24794, 2014.

OLIVER, Rhys et al. **The economic and social costs of domestic abuse**. London: Home Office, 2019. (Research Report, 107).

POSTMUS, Judy L. et al. Understanding economic abuse in the lives of survivors. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 27, n. 3, p. 411-430, 2012.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARDINHA, LynnMarie et al. Global, regional, and national prevalence estimates of physical or sexual, or both, intimate partner violence against women in 2018. **The Lancet**, v. 399, n. 10327, p. 803-813, 2022.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 5, p. 797-807, 2007.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 03/07/2026 | aceito: 08/08/2026 | publicação: 15/09/2026

SHARP-JEFFS, Nicola; KELLY, Liz; KLEIN, Renate. Long journeys toward freedom: the relationship between coercive control and space for action: measurement and emerging evidence. **Violence Against Women**, v. 24, n. 2, p. 163-185, 2018.

SPEARMAN, Kathryn J.; HARDESTY, Jennifer L.; CAMPBELL, Jacquelyn. Post-separation abuse: a concept analysis. **Journal of Advanced Nursing**, v. 79, n. 4, p. 1225-1246, 2023.

STARK, Evan. **Coercive control**: how men entrap women in personal life. New York: Oxford University Press, 2007.

SULLIVAN, Cris M.; BYBEE, Deborah I. Reducing violence using community-based advocacy for women with abusive partners. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 67, n. 1, p. 43-53, 1999.

TEDESCHI, Richard G.; CALHOUN, Lawrence G. Posttraumatic growth: conceptual foundations and empirical evidence. **Psychological Inquiry**, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2004.

WALKER, Lenore E. **The battered woman**. New York: Harper & Row, 1979.

WUEST, Judith et al. Intrusion: the central problem for family health promotion among children and single mothers after leaving an abusive partner. **Qualitative Health Research**, v. 13, n. 5, p. 597-622, 2003.

WUEST, Judith et al. Abuse-related injury and symptoms of posttraumatic stress disorder as mechanisms of chronic pain in survivors of intimate partner violence. **Pain Medicine**, v. 10, n. 4, p. 739-747, 2009.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.